

*Sed quaeritur quid significet τὸ existens*¹

Resumo

Este trabalho é dedicado ao exame de alguns aspectos da Característica idealizada por Leibniz, visando melhor compreender como esse filósofo nela aborda a distinção entre proposições necessárias e proposições contingentes à luz da distinção, que estima paralela a esta, qual seja, entre proposições essenciais e proposições existenciais.

Palavras-chave: existência, possibilidade, contingência, proposição, análise.

Abstract

This paper examines some aspects of the Characteristic idealized by Leibniz, aiming at a better understanding of how this philosopher therein treats the distinction between necessary and contingent propositions in light of the distinction, considered by him parallel to this, between essential and existential propositions.

Keywords: existence, possibility, contingency, proposition, analysis.

I.

Neste trabalho, pretendo consagrar-me ao controverso problema da contingência em Leibniz. Na origem dessa controvérsia, sabemos, está uma empreitada à qual ele se dedicou com afincos: a tentativa de manter sua concepção de verdade

1 Este trabalho foi efetuado com o apoio do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

2 Departamento de Filosofia, UFPR.

como continência da noção do predicado naquela do sujeito da proposição, por um lado, e, por outro, salvaguardar, no interior da sua filosofia, as condições aptas a garantir a diferença que ele declara haver entre proposições necessárias e contingentes. A despeito das dificuldades que parece haver em compatibilizar essas duas teses, Leibniz insiste em assumir ambas, na convicção de que elas não seriam irremediavelmente excludentes entre si.

Seria dar mostra no mínimo de um conhecimento superficial da filosofia leibniziana atribuir essa convicção a um engano do filósofo em aquilatar a dimensão do problema. Leibniz revela-se bastante ciente da dificuldade, a qual inclusive – afirma ele – o perturbara durante longo tempo. Ele acrescenta que sua solução unicamente se lhe apresentou após ter se familiarizado com um domínio ao menos *prima facie* bastante diverso de conhecimento, qual seja, o “dos assuntos geométricos e da análise dos infinitos”. Diz ele:

E penso ter desembaraçado um mistério, que por muito tempo me deixara intrigado; eu não entendia como o predicado poderia estar no sujeito sem que não obstante a proposição se tornasse necessária. Mas o conhecimento dos assuntos geométricos e da análise dos infinitos acendeu-me uma luz, e entendi que as noções também são resolvíveis no infinito.³

Esse pequeno trecho basta para eliminar qualquer suspeita de que Leibniz tenha subestimado a dimensão da dificuldade que se dispõe a enfrentar. É sabido que os temas relativos à geometria dos infinitos que ele menciona dizem respeito a um dos grandes problemas a assombrar os matemáticos desde os tempos de Eudoxo. Pelas dificuldades que aí se erguem, antes que suspeitar de alguma eventual leviandade do filósofo em dimensionar o problema da contingência, talvez mais sensato seria suspeitar do oposto: que, ao se inspirar na geometria dos infinitos, ele quiçá tenha culminado por tentar explicar “*obscurum per obscurius*”. Essa suspeita, seja ela justa ou não, apenas confirma que ele não subestimou nem fugiu ante o desafio que viu à sua frente – desafio que, de acordo com ele, não se pode facilmente superar “sem uma tintura de matemática”:

E nisso descortina-se a misteriosa diferença entre as verdades necessárias e contingentes, a qual não entende facilmente a não ser quem tem alguma tintura de matemática. A saber, nas proposições necessárias, a análise, uma vez continuada até um certo ponto, chega a uma equação idêntica; e é isto que, no rigor geométrico, é demonstrar uma verdade. Já nas verdades contingentes, há um avanço da análise ao infinito, de razão

3 C: 18.

em razão, de modo que nunca haverá uma demonstração plena; a razão da verdade estaria sempre mais além <subsit>, sendo entendida perfeitamente apenas por Deus, que pervade a série infinita com um único golpe de mente.⁴

As razões que inspiraram Leibniz a se amparar na matemática dos infinitos para propor sua solução para o desafio aqui em discussão já se insinuam nesses curtos trechos supra citados. Para ele, assim como no caso das proporções incomensuráveis que surgem na matemática dos infinitos, também no caso das proposições contingentes se observaria uma incomensurabilidade entre os conteúdos analisáveis dessas proposições e os procedimentos constitutivos do método analítico através do qual uma demonstração pode ser efetuada. E dessa incomensurabilidade resultaria que a análise das proposições contingentes não teria fim. Aos olhos de Leibniz, isso asseguraria a contingência da proposição, na medida em que tornaria impossível sua demonstração: tornaria impossível que a análise de uma proposição contingente pudesse ser consumada de sorte a mostrar seja que ela é verdadeira, seja que é falsa, conforme o caso.

Nas páginas que seguem, não tomarei parte no debate quanto à pertinência ou não dessa solução. Tampouco me deterei em investigar se ela constitui a saída genuína por Leibniz divisada para a dificuldade, ou se seria para esta apenas uma dentre outras soluções concorrentes que se podem encontrar em seu sistema. Pretendo aqui limitar-me a um aspecto bem circunscrito da questão, que pode ser resumido com a seguinte indagação: que elementos se podem encontrar, nas investigações do filósofo relativamente à elaboração de sua pretendida *characteristica* formal, os quais lhe teriam permitido sustentar que certos procedimentos de análise – no caso, aqueles concernentes às proposições contingentes – não têm fim?

Dois razões motivam essa empreitada. A primeira é a avaliação de que, ao pretender fazer repousar na distinção entre análise finita e análise infinita uma solução para a dificuldade de preservar a diferença entre necessidade e contingência, Leibniz *eo ipso* se compromete com a tarefa de assegurar a viabilidade de que, no caso das proposições contingentes, a análise efetivamente se estenda ao infinito. Ele está comprometido com a tarefa de assegurar, no interior de sua característica formal, que as proposições contingentes são tais que sua análise necessariamente⁵ conduz ao infinito. E, se assim é, a boa compreensão da saída

4 Grua: 303.

5 É indiscutível que isso seja necessário, já que a possibilidade do contrário manteria a possibilidade de que as proposições contingentes se reduzissem a proposições necessárias – o que bastaria para implodir o sucesso da solução pretendida.

leibniziana para o problema da contingência requer a prévia compreensão da maneira como o filósofo levou a cabo aquela tarefa.

A segunda surge da constatação de que, naqueles escritos consagrados à tentativa de elaborar a *característica* formal, é efetivamente a distinção entre análise infinita e análise finita o que Leibniz adota como solução para assegurar aquela outra, entre necessidade e contingência. Para atestá-lo não é preciso mais que uma rápida inspeção no que é indiscutivelmente o mais importante dentre aqueles escritos, as *Investigações gerais sobre a análise das noções e das verdades*.⁶ Nesse opúsculo, o autor chega mesmo a afirmar que é na distinção entre análise finita e análise infinita que repousa a origem daquela entre necessidade e contingência.⁷

O opúsculo não frustra as expectativas que nutre seu título. Nele, vemos que Leibniz consagra-se ao exame das condições lógico-formais que avalia aptas a permitir a análise das proposições, não se furtando à tarefa de proceder ao que constitui um capítulo daquela investigação. Refiro-me, evidentemente, ao tema com que estamos às voltas aqui. E, conquanto as reflexões que aí encontramos sejam na maior parte dos casos intrincadas, elas se revelam esclarecedoras, se bem examinadas e compreendidas, para a elucidação da nossa questão. Eis o que justifica que centremos doravante a investigação no que nos apresenta o referido manuscrito.⁸

Isso dito, retomemos a dificuldade que nos propusemos examinar, a qual pode ser resumida na seguinte pergunta: que especificidades teriam, do ponto de vista lógico-formal, proposições cujo valor de verdade é contingente, por um lado, e proposições cujo valor de verdade é necessário, por outro, as quais assegurariam, formalmente, que a análise das primeiras conduziria ao infinito, ao passo que a das segundas se consumaria em um número finito de passos? Trata-se de examinar o que a noção de possibilidade, por oposição àquela de necessidade, agrega, formalmente, às proposições meramente possíveis, que assegura, do ponto de vista lógico, a infinitude da análise das proposições contingentes.

Antes, porém, de darmos início a esse exame, cumpre fazer algumas ressalvas. Em primeiro lugar, é preciso assinalar que o recorte a que aqui se procedeu do problema viabiliza-nos discutir apenas um aspecto da questão relativa às

6 *Generales inquisitiones de analysi notionum et veritatum*, doravante *GI*.

7 *GI*, §130 bis (C: 387-88). Ver também *id.*, §§ 134–137 (C: 389).

8 Não nos esqueçamos ainda que se trata do manuscrito em que o filósofo apresentou de maneira mais acabada e madura sua *característica* formal. Compartilhando com o célebre *Discurso de metafísica* o estatuto de um divisor de águas entre o período de juventude e o de maturidade intelectual do nosso autor (o ano de 1686), as *GI* são por ele próprio apresentadas como o lugar em que ele teria “progredido notavelmente”: “*hic egregie progressus sum*”, eis como ele subscreve o título que dá ao manuscrito. Cf. C: 356.

condições lógicas de análise das proposições contingentes. Dificuldades concernentes à pretensão leibniziana de que todas as verdades sejam redutíveis a algo da forma $A = A$, as quais são compartilhadas por todas as formas de proposição (pouco importando qual sua modalidade), serão, então, deixadas de lado. Isso permite que nos detenhamos com mais detalhe em um ponto bastante preciso: o que constitui o cerne da diferença entre proposições necessárias e contingentes, e como Leibniz o teria abordado na linguagem formal que pretendeu elaborar.

Em segundo lugar, convém destacar que nos restringiremos em nosso exame ao caso das proposições categóricas. Essa restrição se ampara na suposição de que, aos olhos de Leibniz, uma vez resolvida a dificuldade no caso destas, ela também estará resolvida com respeito a todas as demais formas proposicionais. A razão para isso é sua convicção (correta ou não, pouco importa aqui examinar) de que toda proposição verdadeira pode ser redutível a algo da forma " $A = A$ ", a qual, exprimindo uma relação de identidade, deixa-se apresentar, *eo ipso*, por uma conjunção de uma predicação recíproca entre dois termos⁹ – portanto, a uma conjunção de proposições categóricas.

Consoante as regras da notação fixada nas *GI*, a identidade a que toda proposição verdadeira da forma " $A \text{ é } B$ " seria redutível mediante análise se exprimiria por algo da forma " $A = AB$ ".¹⁰ As letras maiúsculas " A " e " B " devendo ser identificadas a termos, a expressão integral significaria que o termo A , o qual desempenharia papel de sujeito da proposição, seria equivalente ao termo AB ,¹¹ o qual é resultado da composição de A com B .¹² Ora, isso valendo para todas as proposições, de acordo com Leibniz, então, mesmo aquelas formalmente distintas das categóricas, devem deixar-se, de algum modo, exhaustivamente exprimir por meio daquela conjunção de predicções em que se resolve a identidade. Onde fica lícito tomar como pressuposto que a resposta que Leibniz oferecer à dificuldade que aqui nos ocupa no caso das proposições categóricas é por ele assumida estender-se a todos os demais casos.¹³

9 As proposições falsas, na medida em que são a mera negação das verdadeiras, se deixariam resolver, portanto, na negação daquela conjunção.

10 "Em geral $A \text{ é } B$ é idêntico a $A = AB$ " (*GI*, 83. In C: 378).

11 O que então se resolveria na predicação recíproca " $A \text{ é } AB$ e $AB \text{ é } A$ ".

12 O termo AB , portanto, deve ser entendido como aquele termo cuja intensão consiste na composição da intensão do termo A com aquela do termo B . Tomando como exemplo uma proposição categórica, poderíamos afirmar que a análise exaustiva de uma proposição tal como "o cubo é um poliedro", deveria resultar em algo que pode ser expresso como "cubo é idêntico a 'cubo poliedro'".

13 Leibniz não se dedica, em seus escritos de lógica, à investigação das proposições relacionais. Nas *GI*, ele se limita a um exame sumário, no início do opúsculo (Cf. C: 356-60), no qual ressalta que

A terceira e última ressalva concerne ao modo como se exprimem, no formalismo leibniziano, as diferenças modais entre proposições. Leibniz não oferece, em sua *Characteristica*, símbolos para as modalidades. Estas são aí expressas através de uma outra diferença, qual seja, aquela que ele traça entre o que chama “proposições essenciais” e “proposições existenciais”: respectivamente, proposições que veiculam a afirmação ou negação de uma possibilidade e a aquelas que veiculam a afirmação ou negação de uma existência. Proposições essenciais têm suas condições de verdade exaustivamente determinadas pela possibilidade ou não do que veiculam – o que se avalia pelo exame da consistência interna da proposição. Proposições de existência, a seu turno, têm suas condições de verdade determinadas pela existência em ato ou não daquilo que corresponde ao que veiculam. Para isso, sua consistência interna é uma condição necessária mas não suficiente.¹⁴ Eis por que tais proposições, ao contrário das outras, não são necessárias, mas contingentes. Sendo, portanto, a diferença entre afirmar ou negar uma possibilidade e afirmar ou negar uma existência em ato o que, aos olhos de Leibniz, estaria na raiz das distinções modais, é a ela que ele recorre para exprimir e tratar, em sua *characteristica*, aquelas distinções.

unicamente os termos inteiros, quais sejam, aqueles que podem figurar como sujeito ou predicado em uma proposição categórica, serão levados em consideração no seu cálculo. Quanto aos termos parciais, que são aqueles que, em latim, se deixam exprimir através dos casos determinando as declinações, eles deveriam ser previamente transformados em termos inteiros. Disso se excetua o termo parcial “é idêntico a”, que constitui a operação por excelência através da qual todo o cálculo é posto em marcha (Cf. C: 361-62): “é idêntico a” será, então, o único termo parcial admitido no cálculo.

Não se pretende com isso dizer que Leibniz tenha se furtado à consideração do problema das relações. Antes que isso, é pertinente suspeitar que ele, conquanto levasse a sério a dificuldade, não a tivesse considerado um problema genuinamente lógico. De fato, suas reflexões a respeito encontram-se nos manuscritos consagrados ao exame de problemas relativos à gramática. Leibniz parece ter avaliado que proposições relacionais seriam algo específico das linguagens ordinárias, e apareceriam aí como abreviações de uma articulação de um conjunto qualquer de operações lógicas sobre proposições categóricas [ver C: 35-36. Ver também C: 280-81]. Desta feita, sua tradução em termos de proposições não-relacionais deveria ser efetuada previamente ao cálculo, a partir da estrutura geral formal das linguagens em que se exprimem, assegurando que, ao se apresentarem à análise em um cálculo lógico, as proposições em geral já deveriam estar adequadas à sua estrutura lógica genuína; completamente depuradas, portanto, daquela abreviações viabilizadas nas linguagens ordinárias.

- 14 Claro que a inconsistência interna que porventura uma proposição existencial encerrasse corresponderia, efetivamente, à falsidade de uma proposição essencial, a qual integraria as condições de verdade da primeira. Visto que, para Leibniz, aquilo que envolve ou contém o falso é igualmente falso (Cf. *Gl*, §§58-59), a falsidade da essencial acarretaria a falsidade da existencial que a envolve.

II.

Feitas essas observações, venhamos ao exame das passagens das *GI* que nos interessam mais de perto aqui. Antes de mais nada, cumpre explicitar o modo como Leibniz distingue os dois tipos de proposições quanto à modalidade. Essa distinção é apresentada no §144 das *GI*, embora, como observaremos, a preocupação principal do autor aí seja com respeito a uma outra distinção, da qual ele faz acompanhar a primeira. Refiro-me àquela entre proposições de segundo adjacente e proposições de terceiro adjacente.¹⁵ Afirma ele então:

Proposições são ou essenciais ou existenciais; e ambas são ou de segundo ou de terceiro adjacente. Exemplo de *proposição essencial de terceiro adjacente*: ‘o círculo é uma figura plana’. Exemplo de *proposição essencial de segundo adjacente*: uma figura plana que se comporta de idêntico modo em relação a um único ponto qualquer é; por ‘é’ <est> digo isto: pode ser entendido, pode ser concebido, dentre várias figuras alguma há <est> que tem aquela natureza, e, então, é como se eu dissesse: uma figura plana se comportando de modo idêntico com respeito a um único ponto qualquer é um ser ou coisa. *Proposição existencial de terceiro adjacente*: ‘todo homem é, ou seja, existe sujeito ao pecado’, e esta é uma proposição existencial, ou seja, contingente. *Proposição existencial de segundo adjacente*: ‘homem sujeito ao pecado é, ou seja, existe, ou seja, é um ente em ato’.¹⁶

Como vemos, nessas suas breves caracterizações, Leibniz confirma a distinção anteriormente feita: proposições essenciais têm de específico o fato de afirmarem ou negarem uma mera possibilidade, ao passo que proposições existenciais afirmam ou negam uma existência atual, seja ela passada, presente, ou futura. E precisamente porque suas condições de verdade, não obstante envolvam o meramente possível, não se esgotam nisso, elas, à diferença das anteriores, são identificadas àquelas cujo valor de verdade é contingente.

No que tange à segunda distinção figurando no parágrafo, há fortes razões para suspeitar que não é por acaso que ela é apresentada juntamente com aquela

15 Essa distinção remonta ao cap. X do tratado *De interpretatione*, de Aristóteles, e, conquanto se possa suspeitar que Leibniz não a empregue nos mesmos termos em que o estagirita, é inegável que ela a retoma da tradição iniciada pelo texto supra mencionado. Aí, o autor distingue um caso em que o termo “é” se acrescenta como um segundo ítem a um termo, erguendo, com relação a ele, uma pretensão assertórica, ou então como um terceiro ítem asserindo uma relação de pertinência entre dois termos (ver *De interpretatione*, 19b15-20a1). Para as expressões aqui empregadas, amparo-me nas traduções do prof. Raul Landim em seu artigo “*Predicação e juízo em Tomás de Aquino*”, respectivamente, para as expressões latinas “*secundi adjecti*” e “*tertii adjecti*” (ver Landim 2006: 38–ss.).

16 C: 392-93.

entre proposições contingentes e necessárias. O modo como Leibniz abordará as relações lógicas entre proposições de segundo adjacente e terceiro adjacente oferece valiosas indicações sobre as razões que, do ponto de vista lógico, o conduzirão a concluir que a diferença entre proposições necessárias e contingentes terá por conseqüência, para a análise das segundas, que esta se estende ao infinito. Para introduzir o ponto, examinemos o que ele afirma na seqüência do trecho citado, no § 145 das *GI*: “De toda proposição de terceiro adjacente pode ser feita uma proposição de segundo adjacente, se o predicado for composto com o sujeito em um termo, e este for dito ser ou existir, isto é, for dito ser coisa, seja de uma maneira qualquer, seja existente em ato”.¹⁷

O que o autoriza a sustentar esta conversibilidade entre proposições de segundo e terceiro adjacente é sua convicção quanto ao caráter essencialmente assertórico das proposições. Para ele, esse caráter pode inclusive ser aduzido como o que as distingue dos meros termos (incomplexos): ao passo que elas encerrariam uma afirmação ou negação explícita da possibilidade ou existência daquilo que veiculam como conteúdo, os termos exprimiriam estritamente esse conteúdo, apresentando-se, enquanto tais, destituídos de vigor assertórico.¹⁸ Assim, uma proposição de terceiro adjacente tal como, por exemplo, “todo homem existe sujeito a pecar”, se efetivamente é uma proposição existencial, requer, para ser verdadeira, a existência de homens em algum momento do tempo, e que todos os homens existentes tenham a propriedade de serem sujeitos a pecar.¹⁹ Por isso suas condições de verdade se deixam bem exprimir pela proposição de segundo adjacente que lhe é correlata. E, claro, o mesmo deve valer, *mutatis mutandis*,

17 C.:392.

18 Isso não quer dizer que não se possa perguntar pela consistência interna de um termo ou por sua referência aos existentes, consoante se trate de uma pergunta sobre a possibilidade ou sobre a existência daquilo que lhe corresponde. Ao contrário, termos também se prestam ao teste da consistência ou referência, e, nessa medida, segundo Leibniz, podem ser estimados como verdadeiros ou falsos, conforme o caso (ver *GI*, §61).

19 Isso talvez nos auxilie a compreender por que Leibniz considera que a demonstração das proposições existenciais em geral depende, de alguma maneira, daquela das proposições existenciais singulares (ver *GI* §74), como será mencionado mais adiante. Talvez ele estime que a demonstração de uma proposição existencial universal da forma “*todo A é B*”, tal como a acima mencionada, requer, de algum modo, as demonstrações de cada uma das proposições singulares existenciais verdadeiras veiculando a atribuição de *B* a um singular do qual *A* também se predica verdadeiramente. É claro que isso o comprometeria com a tese de que, em proposições desse tipo, o termo *B* não estaria propriamente contido no *A* considerado enquanto tal, mas estaria contido apenas nas noções completas de cada um dos indivíduos que satisfazem a intensão do termo *A*. Deixemos, no entanto, esta suspeita como mera hipótese explicativa para um problema que, não obstante seja retomado mais adiante, não será discutido aqui.

para as proposições essenciais: uma proposição essencial de terceiro adjacente deve ter uma equivalente que se apresente na formulação de segundo adjacente.

O que nos interessa destacar com relação a isso concerne à contribuição que, de acordo com Leibniz, a cópula traz às proposições de terceiro adjacente, qual seja, a de conferir um caráter assertórico ao vínculo que ela estabelece entre o sujeito e o predicado da proposição. E esse vínculo se exprimindo como uma composição do sujeito e do predicado em um termo único, resulta que a proposição de segundo adjacente não faz senão evidenciar o caráter assertórico da outra, bem como o conteúdo para o qual se volta nela a afirmação ou negação. Isso significa que, a despeito da diferença entre proposições necessárias e contingentes, isto é por ambas comungado: que o “é” nas primeiras e o “existe”²⁰ nas outras desempenham uma mesma função: a de acrescentar ao conteúdo efetivo da proposição um teor assertórico. E limitam-se a essa função, ou seja, não contribuem para aquele conteúdo com nada além dessa carga assertórica – ainda que o que é asserido por uma se dirija a um domínio bem diferente daquele da outra: enquanto as proposições essenciais veiculam que algo é ou não o caso relativamente ao que constitui a estrutura do que se oferece à vontade de Deus como alternativa,²¹ as outras têm suas condições de verdade determinadas por aquilo que aprouve a Deus de fato criar. Talvez mais exato seria dizer, diante disso, que as expressões “é” e “existe” reúnem uma dupla tarefa: ao conferir caráter assertórico às proposições, elas, nesta mesma operação, indicam qual a modalidade da proposição asserida, isto é, se nela se asseve uma necessidade ou uma contingência.

Isso permite a Leibniz adotar um procedimento decisivo em sua *característica*, a saber, tratar indistintamente proposições e termos. Uma e outros não seriam, para efeito de análise, considerados entidades distintas entre si. Ao contrário, mediante o que as proposições de segundo adjacente asseguram, devem poder se comportar homogeneamente quando submetidas aos procedimentos do cálculo.²² Proposições, quando se fazem matéria sobre a qual a estrutura formal se aplica a fim de que se proceda ao cálculo, compartilham com os termos a mesma natureza. Talvez por isso Leibniz, não obstante distinga termo de proposição, culmine por

20 Claro que empregamos aqui “existe” para deixar explícita a diferença de teor entre elas. Na linguagem ordinária, e também no simbolismo de Leibniz, a cópula se exprime em geral, tanto no caso de proposições essenciais quanto existenciais, indiferentemente por “é”.

21 Tendo, por isso, seu valor de verdade determinado independentemente de qual mundo Deus decide criar.

22 “Se, como espero, eu puder conceber todas as proposições à maneira dos termos, e conceber as hipotéticas à maneira das categóricas, e tratar todas universalmente, isso promete em minha característica e análise das noções uma facilidade admirável, e será uma descoberta <invenum> de grande importância” (GL, §75. In C: 377).

reunir ambos sob a mesma denominação comum de “termo” – assinalando apenas que, enquanto os termos em sentido genuíno seriam incomplexos, as proposições seriam “termos complexos”.²³

Vários detalhes relativos à operacionalidade disso merecem ser examinados para que possamos divisar de que forma o autor considerou factível seu intento. Na medida em que esse exame se fizer necessário aos nossos propósitos, nós nos deteremos nele. Por ora cumpre destacar o que se segue dessas convicções de Leibniz: que, a despeito das diferenças entre ser possível e existir, ou entre ser necessário e ser contingente, os termos “é” e “existe”, que marcam aquelas diferenças, compartilham uma propriedade que faz com que seu comportamento seja absolutamente homogêneo no cálculo: nenhum deles faz parte do que constitui o conteúdo preciso do que é asserido em uma proposição. Ou seja, eles não têm como conteúdo algo que modifique as definições dos termos aos quais se atribuem.²⁴ Ao contrário, eles dizem respeito à forma da proposição enquanto tal, e figuram como aqueles elementos que distinguem formalmente os termos complexos dos incomplexos. Pode-se afirmar, portanto, que, por determinantes que sejam as diferenças entre ser possível e existir, tais diferenças se fazem negligenciáveis *vis-à-vis* o procedimento analítico. Daí decorre que, neste procedimento, as regras válidas para proposições necessárias não são diferentes das regras válidas para proposições contingentes. Visto que o material a que essas regras se aplicam restringe-se aos conteúdos dos termos (tanto complexos quanto incomplexos), e visto que “é” e “existe” dizem respeito a distinções formais,²⁵ “é” e “existe” não determinam qualquer alteração na aplicabilidade das regras do cálculo às proposições.

Isso dito, venhamos ao modo como efetivamente proposições se deixam reduzir a termos. Leibniz elenca o que considera as quatro formas proposicionais genuínas, a saber, as proposições *A*, *E*, *I*, e *O* da lógica de tradição aristotélica, e apresenta as proposições de segundo adjacente a elas correlativas. Na seqüência do §145, ele expõe os procedimentos de conversão de proposições de terceiro adjacente em segundo adjacente adequados a cada caso, isto é, consoante a quantidade e a qualidade de cada forma proposicional. A exposição detalhada desses procedimentos ocupa os §§ 146 a 150. No §151 ele finalmente conclui sua tarefa, resumindo os resultados obtidos. Diz então:

23 *Gl*, § 61 (C: 371-72). Ver também C: 512-13.

24 Este ponto ficará mais claro adiante, ao abordarmos as razões da relação de sinonímia entre os predicados “é” e “existe”.

25 Ambas sendo, juntas, o que distingue os termos complexos dos incomplexos; e uma em relação à outra, o que distingue os termos complexos entre si quanto a suas modalidades.

Temos portanto as proposições de terceiro adjacente reduzidas a proposições de segundo adjacente assim:

<i>Algum A é B</i>	dá	<i>AB é coisa</i>
<i>Algum A não é B</i>	dá	<i>A não-B é coisa</i>
<i>Todo A é B</i>	dá	<i>A não-B não é coisa</i>
<i>Nenhum A é B</i>	dá	<i>AB não é coisa.</i> ²⁶

Vemos, nessas conversões, que elas asseguram a Leibniz, além do tratamento das proposições como termos no cálculo, também uma segunda conquista, que, juntamente com a anterior, constitui o que ele propala como um “*inventum maximi momenti*” de sua *característica*: o tratamento de todas as proposições – inclusive, por conseguinte, as particulares – como universais.²⁷ Com efeito, como vemos, o que se passa no caso das proposições particulares é a atribuição, a um certo termo composto tomado universalmente, de essência ou de existência, consoante a proposição veicula a asserção de uma ou de outra. Esse termo, a seu turno, resulta da composição do termo-sujeito com o termo-predicado da proposição de terceiro adjacente original; e o termo-predicado será afirmativo ou privativo²⁸ consoante se trata de uma proposição afirmativa ou negativa.

Do ponto de vista do que nos deve render a análise, poderíamos então colocar, para o caso das proposições essenciais, que uma proposição particular afirmativa “*Algum A é B*” se confirmará verdadeira se a análise exaustiva do termo composto *AB* culminar em uma identidade; caso contrário, ela deverá ser admitida falsa. Uma essencial particular negativa da forma “*Algum A não é B*” se confirmará verdadeira, a seu turno, se a análise do termo “*A não-B*” se consumir em uma identidade; se isso não ocorrer, a proposição será falsa. O oposto se dá no caso das universais,

26 C: 393. O procedimento de conversão adotado por Leibniz, vemos, requer a possibilidade de se exprimir a negação que constitui as proposições negativas de terceiro adjacente como afirmação do termo privativo (sobre os termos privativos, ver adiante, n. 28). Isso nos coloca evidentemente face aos conhecidos problemas relativos às dificuldades de se identificar negação predicativa e negação proposicional. Furto-me, a despeito de sua importância, a tratar deste problema aqui por duas razões: em primeiro lugar, ele escapa ao que foi delimitado como nosso problema, de modo que abordá-lo desviaria nossa atenção do que nos comprometemos a averiguar aqui. Em segundo lugar, o assunto já foi abordado por mim no artigo “Continuidade na lógica de Leibniz” (no prelo).

27 Ver *GI*, §75.

28 Na terminologia de Leibniz, um termo privativo é um termo resultante da negação de um termo positivo qualquer da forma *A*. “*Não-A*” seria, portanto, a forma de um termo privativo, conforme vemos logo no início das *GI*. Aí Leibniz afirma: “*Privativo*: não-*A* [...] *Positivo* é *A*, desde que este não seja um não-*Y* qualquer, desde que *Y* igualmente não seja não-*Z*, e assim por diante” (C: 356).

mas, evidentemente, sem ameaçar sua apresentação sob uma forma universal. Uma essencial universal afirmativa da forma “*Todo A é B*” se revelará verdadeira se a análise do termo “*A não-B*” se consumir em uma contradição; se, ao contrário, se consumir em uma identidade, então aquela universal será falsa. Inversamente, uma essencial universal negativa da forma “*Nenhum A é B*” se atestará verdadeira se a análise do termo afirmativo composto “*AB*” conduzir a algo da forma “*C não-C*”, que é a forma em que a contradição se deixa exprimir no cálculo leibniziano; caso contrário, ela será falsa. O mesmo vale para as proposições existenciais, com a diferença, evidentemente, de que aí o que a análise nos proporciona não remete propriamente à identidade ou à contradição que assegurariam, respectivamente, a consistência ou inconsistência internas da proposição. No caso das proposições existenciais, o que a análise proporciona repousa na compatibilidade ou não do resultado obtido com os dados da experiência.²⁹ E as diferenças entre um e outro tipo de proposição quanto à modalidade se apresentando nesses moldes, Leibniz pode manter sua convicção de que, relativamente à sua aptidão a se submeterem às operações previstas no cálculo, ao longo do procedimento analítico, ambos os tipos se comportam, um em relação ao outro, de maneira uniforme e homogênea.³⁰

Convém ressaltar que, uma vez colocada em evidência a partícula indicando a natureza assertórica da proposição, e, com ela, sua modalidade, restam aqueles termos que constituem o conteúdo da proposição. E estes são, então, os analisandos, isto é, o que se oferece como matéria a ser submetida ao procedimento de análise. Tais são, portanto, o que comparece como termo-sujeito e como termo-predicado da proposição. Considerando o modo como Leibniz exprime a demonstração de uma proposição – a saber, que ela consiste na explicitação, efetuada mediante a análise dos termos, de que o termo-sujeito encerra o termo-predicado –, pode-se ainda sugerir que, conquanto ambos sejam, repitamos, os analisandos, a análise concentra-se sobretudo no termo-sujeito. E compreendemos assim por que Leibniz pretende que a identidade na qual deve culminar toda prova por análise se deixe exprimir em algo da forma “*AB = A*”,³¹ como já antecipado acima. Com efeito, o que esta fórmula exprime é uma identidade entre o termo-sujeito *A* e o termo formado por sua composição com o termo-predicado *B* de uma proposição da forma “*A é B*”.

O que é importante assinalar nisso é que os conteúdos proposicionais enquanto tais se prestam indiferentemente ao procedimento analítico. Ou seja, no

29 Ver *GI*, §61.

30 *Ibid.*

31 E, correlativamente, se a proposição é negativa, a fórmula seria “*A não-B = A*”.

que concerne às regras do cálculo, nada há nesses conteúdos enquanto tais que os distinga de sorte a inviabilizar a análise de uns ou de outros. Correspondendo todos a noções, eles devem ser definíveis e, nessa medida, analisáveis. Salvo, claro, se se tratar de termos correspondentes a noções simples por si mesmas, pois, sendo estas evidentemente indefiníveis, e compreendidas intuitivamente, são inalisáveis. Por terem essa característica, evidentemente tais noções têm o condão de impor um desfecho absoluto à análise. No entanto, visto Leibniz acreditar que são muito poucos nossos conhecimentos dessas noções,³² e que temos a felicidade de não precisar conduzir a análise até elas para dar uma demonstração por encerrada,³³ deixemo-las de lado aqui.³⁴

É forçoso concluir, portanto, que, ainda que a matéria que se oferece à análise possa dividir-se em tipos, consoante se trate de um conteúdo do qual cabe afirmar ou negar a mera possibilidade ou cujo correlato importa determinar se existe ou não, ainda assim, no que concerne ao procedimento analítico, tais tipos se comportam de forma absolutamente similar; eles se revelam, em ambos os casos, igualmente aptos a se submeterem à análise. De modo que, no que tange à mera aplicação das regras do cálculo à matéria das proposições, pouco importa se se trata de conteúdos de proposições existenciais ou não.

Podemos concluir, então, que, se a diferença que há entre as proposições quanto às suas modalidades deve ter alguma repercussão nesse nível, isso deve se determinar pelas suas respectivas formas, e não por aquele conteúdo. Ora, Leibniz evidentemente não tem dúvidas quanto àquela repercussão, visto que, consoante já discutido anteriormente, é precisamente por remissão a uma distinção no interior da análise das proposições que ele pretende fundar, ao menos no contexto das *GI*, as condições que asseguram a especificidade lógica de cada uma das modalidades de proposições.

Essa distinção também já nos é conhecida: ao passo que o procedimento de análise, no caso das proposições existenciais, estende-se ao infinito, a análise das

32 Ver a respeito GP 4: 422-23 e 7: 295.

33 “Se é verdade que há uma demonstração perfeita, a saber, que não deixa nada sem prova, é então necessário que haja elementos do pensamento; pois a demonstração será perfeita somente quando tudo for analisado. Mas agora vejo que isso é falso, e que a demonstração é perfeita uma vez que se chegou a uma identidade, o que pode ocorrer mesmo que nem tudo tenha sido resolvido” (Jag: 72).

34 Nas *GI*, Leibniz pretende que uma prova por análise possa ter como desfecho, além das noções absolutamente simples, também os axiomas e os dados da experiência (cf. *GI*, §61. In *C*: 373). Claro que, no caso destes últimos, é preciso admitir que eles preservam ainda algum resíduo a ser analisado. Não obstante, aos olhos de Leibniz, essa análise não se faria necessária para a prova que se pretende, já que aqueles dados assegurariam que algo fazendo as vezes de identidade surgiria da análise (Cf. *GI*, §134. In *C*: 388).

proposições essenciais se esgota em um número finito de passos. Assim, se, por um lado, como já dito, os conteúdos das proposições contingentes se comportam, ao longo da análise, exatamente como os das necessárias, por outro, o caráter contingente da afirmação de existência a eles associado na proposição impõe-lhes uma complexidade infinita: impõe que, por mais que se os resolva, eles continuam encerrando um resto passível de ser analisado; e isso estende-se ao infinito.³⁵

III.

Cumpra então averiguar o que poderia encerrar, aos olhos de Leibniz, a noção de existência, e que teria esse efeito sobre as noções às quais é preciso uni-la para produzir uma proposição contingente. Para tanto, convém voltarmos nossa atenção ao §73 das *GI*, no qual estão concentradas as reflexões que, nesse texto, nosso filósofo faz sobre a natureza da existência enquanto tal. Tendo em vista sua relevância para a presente discussão, convém transcrevê-lo integralmente, a despeito da extensão do trecho. Diz então Leibniz:

Mas investiga-se o que significaria to\ *existente*, pois certamente o existente é um Ente, ou seja, possível, e algo além disso. Mas, tendo cogitado <conceptis> tudo, não vejo o que seria concebido em Existente além de algum grau de Ente, visto que pode se aplicar a vários Entes. Não quero, no entanto, dizer que existir algo é ser possível ou uma Existência possível, pois isto nada mais é que a própria Essência. Mas nós entendemos a Existência [como] atual, ou seja, algo acrescentado à possibilidade, ou seja, Essência, de modo que, neste sentido, uma existência possível no futuro seria idêntica a uma atualidade que se aparta da atualidade, o que é absurdo. Digo, portanto, que Existente é o Ente que é compatível com o mais numeroso, ou seja, o Ente maximamente possível. Por conseguinte, todos os existentes são igualmente possíveis. Ou, o que redundo no mesmo, existente é o que apraz a [algo] inteligente e poderoso. Mas então é pressuposto que ele próprio Exista. De fato, ao menos poderia ser definido que Existente é

35 A contraparte disso para o domínio da realidade, isto é, dos existentes que verificam as verdades contingentes, é, evidentemente, que estes devem ser infinitamente complexos. Claro que esta conseqüência, não tendo uma dimensão estritamente lógica, constitui uma questão a ser investigada alhures. Nem por isso Leibniz deixa de já adiantá-la nas *GI*, como um desdobramento das conclusões aí obtidas (Ver *GI*, §63-64). É preciso salientar, por outro lado, que, como já dito, para atestar a verdade de uma proposição, não é necessário consumir a análise absolutamente. No caso das proposições de existência, podemos dispor da experiência como aquilo que nos assegurará uma prova, que, conquanto não seja uma análise exaustiva, basta para assegurar a certeza ou a explicação que buscamos (Cf. *GI*, §61. In *C*: 371-73).

o que agrada a alguma Mente e não desagradaria a uma outra mais poderosa, se fosse pressuposto existirem mentes quaisquer. Por conseguinte, disso resulta <res eo redit> que seja dito Existir o que não desagradaria a uma Mente absolutamente poderosa, se for suposto que uma mente absolutamente poderosa existe. Mas, para que esta definição possa ser aplicada aos experimentos, é melhor definir assim: *Existe* o que agrada a alguma Mente (existente) ('existente' não deve ser acrescentado, se buscamos uma definição, e não uma simples proposição) e não desagrada (absolutamente) a uma Mente absolutamente poderosa. Ora, a uma mente agrada mais fazer o que tem razão do que o que não tem razão. Por exemplo, sejam A, B, C, D, e que somente um deles deva ser escolhido, e sejam B, C, D semelhantes em tudo, e somente A seja distinguido dos demais por alguma coisa. A agradará a uma Mente inteligente qualquer. É idêntico se ao menos não aparecer diferença entre B, C, e D, mas aparecer entre A e eles; a mente inclinada a escolher escolhe A. Contudo, escolhe livremente, porque até então pode inquirir se não haveria diferença entre B, C, D.³⁶

Esta passagem pode ser dividida em três partes: na primeira, Leibniz relaciona existência e essência, a fim de daí extrair algumas conclusões sobre a natureza da primeira. Na segunda, ele refere essa diferença a algo que se deixa comportar como resultado de uma vontade. E introduz essa referência fazendo equivaler uma à outra, isto é, afirmando que uma e outra – a caracterização de existência a partir da noção de essência, por um lado, e a existência como objeto de uma vontade poderosa, por outro – redundam no mesmo. Na última, ele expõe de que modo uma vontade delibera em geral quando posta face a uma multiplicidade de alternativas (excluentes entre si). Examinemos com mais detalhe cada uma dessas partes, buscando também encontrar a natureza dos nexos entre elas.

Conforme já antecipado, é difícil assimilar, em uma abordagem preliminar, o teor efetivo das afirmações que lemos aí. Uma primeira obscuridade já se apresenta logo no início do trecho. Após afirmar que existente é o possível e algo mais (e isso podemos conceder, visto que a possibilidade é uma condição necessária para a existência), Leibniz parece inferir que a existência seria meramente um grau de essência, e que a causa disso seria que ela aplica-se a vários entes. Ora, cumpre perguntar: em que medida o fato de aplicar-se a vários entes torna a existência um grau de essência? Parece pertinente suspeitar que Leibniz aqui esteja pretendendo nos alertar para o que se mostraria uma conseqüência da variedade de tipos de possíveis a que o predicado “existe” pode ser atribuído. Tal conseqüência seria a impossibilidade de identificar uma certa propriedade ou qualidade que per-

36 C: 375-76.

tencesse a todos os existentes, e somente a eles, de tal sorte a permitir que eles pudessem ser reunidos sob um gênero comum de entes – no caso, o dos existentes – e distinguidos dos demais entes – que, então, por carecerem daquela pretensa propriedade, pertenceriam ao gênero dos inexistentes. É imperioso assinalar que a variedade de que se trata aqui não é numérica, mas precipuamente qualitativa.³⁷ Seria por estender-se a uma tamanha multiplicidade de *tipos* distintos de possíveis que a existência culminaria por já não poder preservar em sua definição nenhuma qualidade que, sendo inerente a todos os existentes e caracterizando-os como tais, os distinguiria como uma espécie particular de entes.

Parece inevitável suspeitar, com base nisso, que essência e existência resultariam termos sinônimos, isto é, termos que compartilhariam uma única definição ou intensão. Com efeito, afirmar que nenhuma propriedade caracteriza os existentes como uma espécie peculiar de entes em geral parece o mesmo que afirmar que nenhuma propriedade pode ser encontrada na definição de existente da qual deveria carecer aquela de ente, de tal sorte que os existentes constituíssem uma espécie de possíveis. Ou, inversamente, em se supondo uma certa definição de ente, nenhuma propriedade poderia ser agregada a essa definição de sorte a constituir a diferença específica que determinaria a definição de existente, em se supondo também esta última. Ora, se nada se pode acrescentar à pretensa definição de ente para daí se precisar aquela de existente, então evidentemente a definição de ente permanece inalterada quando aplicada a existente.³⁸ Isso não nos deixa outra saída senão reconhecer a inevitável conclusão já exposta acima.

A despeito dessa conclusão, Leibniz continua sua reflexão salientando que não se pode confundir completamente essência e existência, visto não serem noções coextensivas.³⁹ Ao contrário, a existência encerra em si algo de que a essência

37 Não teria sentido presumir algo diferente, já que possíveis enquanto tais não são distinguíveis entre si numericamente, mas apenas pelas qualidades que possuem.

38 “Se a existência fosse algo outro que uma exigência da essência, daí se seguiria que haveria uma certa essência, ou seja, algo novo acrescido à coisa, do qual novamente se poderia perguntar se essa essência existe, e por que ela antes que outra” (GP 7: 195 – nota).

39 O exemplo de que Leibniz se serve aqui, a fim de ilustrar o que considera ser uma inconsistência da existência, se entendida como redutível à essência, não parece facilmente compreensível – o que torna também pouco compreensível a natureza do absurdo para o qual ele pretende chamar nossa atenção. Poderíamos tentar explicar a argumentação de Leibniz aqui tomando como ponto de partida o caráter atual que ele reconhece na existência, à diferença da mera possibilidade. Sendo o existente, diferentemente do possível, algo atual, pareceria resultar inconsistente atribuir existência aos possíveis que não são dados no tempo presente, mas que foram ou serão dados em algum momento do tempo. Com efeito, se podemos admitir sem discussão que o domínio das essências não é sujeito à variação – isto é, se algo é possível, não podia ter sido impossível antes, e continuará eternamente a

carece, a saber, a atualidade, que, conquanto não esteja habilitada a desempenhar o papel de diferença específica em uma definição, constitui um acréscimo em relação à mera possibilidade. Nesse sentido, a existência, sem deixar de ser sinônima da essência, encerraria algo de que esta última carece. Eis o que parece ter conduzido Leibniz a estimar correto concluir que a diferença entre essência e existência seria meramente de grau, e não de natureza. Sendo, por um lado, sinônimos, e, por outro lado, distintos quanto a suas extensões, “ente” e “existente” não poderiam guardar uma diferença senão quantitativa. Assim, aquela atualidade que se acrescentaria à essência para constituir a existência teria, portanto, um teor meramente quantitativo. Ela consistiria em, por assim dizer, um montante mais elevado da própria essência,⁴⁰ montante a que Leibniz se referiu pelo termo “grau”, concluindo que o que existe deve encerrar em si um certo grau mais elevado de essência; e que seria por esse grau que ele se destacaria em relação ao que não existe.

Frete a essas conclusões, o desafio que se apresenta é compreender de que maneira uma diferença de grau, tal como aquela proposta, fundaria uma outra que não é meramente de grau, mas de natureza, a saber, aquela vigente entre as

ser tal qual precisamente é, e possível (e, inversamente, se algo é impossível, então não era possível antes, nem jamais passará a fazer parte do domínio do possível) – então, se a existência é um grau de essência, pareceria impossível que os existentes se alterassem. Pois isso requeria uma alteração nos graus dos possíveis, seja cada qual alterando internamente seu grau de ser, seja por uma alteração qualquer no conjunto dos possíveis enquanto tal, com a inclusão de algum previamente impossível, ou a exclusão de algum possível. Caso contrário, se os possíveis permanecerem absolutamente estáveis enquanto tais, nenhuma alteração de grau entre eles pode haver. Não havendo alteração aí, não pode haver alteração na existência, se esta se resumir a um grau de essência. Eis então que o absurdo surge: um evento futuro ou passado seria um possível com grau de essência suficiente para existir, e efetivamente existiu ou existirá em algum momento do tempo. Sendo assim, e sendo os possíveis inalteráveis, então ele deve evidentemente preservar o mesmo grau, e, portanto, a existência, não obstante não exista em ato agora. Tem existência mas não atualidade. Ora, o que distingue a existência da essência, e que conduz a pensar a primeira como um grau da outra, é precisamente a atualidade inerente à primeira. Um existente mas não atual, passado ou futuro, seria, portanto, um atual não atual; algo, por conseguinte, intrinsecamente contraditório.

Aparentemente, esta dificuldade não permanece se os existentes são entendidos como compostíveis com infinitos outros possíveis. Pois então sempre se pode explicar o vir a ser e o deixar de ser de um existente em um momento do tempo como, respectivamente, o tornar-se compostível ou impossível com um outro existente determinado naquele momento do tempo. E, sendo os compostíveis assumidos infinitos, então o mesmo tipo de explicação pode ser reiterado para cada caso infinitamente.

40 Evidentemente, essa atualidade não pode ser um grau senão de essência. Afinal, se qualitativamente essência e existência não se distinguem, então nada de uma natureza qualitativamente distinta da própria essência pode ser a esta acrescentado para formar a existência. Ora, não podendo ser qualitativamente distinto, só pode ter a mesma natureza, isto é, só pode ser a própria essência.

proposições quanto às suas modalidades. Leibniz parece ter acreditado que isso poderia ser assegurado se à existência se fizesse corresponder o grau máximo de essência: existiria o maximamente possível. Cada possível tomado isoladamente seria tão possível quanto os demais,⁴¹ mas, combinados uns com os outros, eles poderiam, em seu conjunto, compor combinações de possíveis distintas em grau. Assim, ponderadas entre si essas diversas combinações, seriam existentes aquelas essências possíveis que integrassem a combinação possível mais numerosa de possíveis. E ele parece tão convicto de que essa resposta poderia fazer face ao desafio posto que chega mesmo a pleiteá-la como apta a constituir a definição real da existência. Ele diz:

Visto que uma proposição verdadeira é aquela que é idêntica ou que pode ser demonstrada a partir das idênticas com a utilização de definições, disso se segue que a *definição real* da existência consiste nisto: que existe aquilo que, dentre todos aqueles que podem existir, é maximamente perfeito ou envolve mais essências. De tal modo que a natureza da possibilidade ou da essência seria de exigir a existência. Se assim não fosse, a razão da existência das coisas não poderia ser dada.⁴²

Como lemos na passagem, Leibniz pretende que sua convicção de que toda verdade não idêntica é redutível a uma identidade por análise baste para assegurar o que pleiteia ser a definição real de existência. E ele parece ter fortes razões para isso. Afinal, se toda verdade se reduz, ainda que no infinito, a uma identidade, então uma proposição unicamente será falsa se for inconsistente: se sua análise culminar, ainda que no infinito, em uma contradição. Caso contrário, a proposição será verdadeira. Por outro lado, todos os possíveis sendo igualmente consistentes, então, se uma certa proposição internamente consistente não é verdadeira, ela forçosamente deve encerrar alguma outra espécie de inconsistência. Não sendo interna à proposição, por exclusão, tal inconsistência só pode lhe ser extrínseca, devendo, então, consistir na incompatibilidade da sua verdade com a de outras proposições já admitidas verdadeiras. Seria, então, a conjunção daquela com estas que resultaria em algo inconsistente. Ora, mas se unicamente assim pode ser admitida a falsidade de uma proposição internamente consistente, então evidentemente será verdadeira toda proposição contingente que não exibir nenhuma inconsistência com a conjunção de todas as demais proposições já admitidas verdadeiras. Para

41 A invariabilidade dos possíveis quanto a graus, portanto, não se restringiria à invariabilidade de um em relação a si próprio, mas de uns em relação aos outros.

42 GP 7: 195.

empregar a terminologia de Leibniz, será verdadeira toda proposição contingente que for compossível⁴³ com as demais verdades contingentes. Isso parece autorizar a conclusão de que é intrínseco a uma proposição consistente veiculando uma mera possibilidade enquanto tal que ela seja verdadeira; de sorte que efetivamente o será, salvo se houver algum impedimento a ela extrínseco – no caso, se ela for impossível com alguma outra já admitida verdadeira.

De acordo com Leibniz, isso se explicaria pela natureza da própria essência, enquanto lhe é intrínseca uma tendência à atualidade. Ele pode ter ponderado que, visto que é na medida em que encerram em si um caráter assertórico que as proposições enquanto tais tendem à verdade,⁴⁴ e visto que o que confere caráter assertórico a uma proposição afirmando uma possibilidade é precisamente a partícula “é” que a constitui enquanto proposição, então residiria nesta partícula a tendência à verdade que encerraria a proposição na qual ela comparece. Dito de outro modo, seria esta partícula que, encerrando em si a própria pretensão em apresentar uma verdade, conferiria à proposição o caráter assertórico que a constitui enquanto tal.

Ora, é sensato acreditar que a contraparte disso, no que concerne à mera noção de essência enquanto tal, é que a esta é intrínseca a tendência à atualidade. Afinal, não poderia ser intrínseco às proposições consistentes a tendência à verdade, a não ser que aquilo em que se funda sua verdade também encerrasse em si intrinsecamente uma tendência a torná-las verdadeiras. Ou, o que é o mesmo, as proposições meramente possíveis não poderiam tender à verdade salvo se os próprios possíveis não tendessem à atualidade. Pois a negação disso evidentemente importaria uma tal assimetria entre o que se passa no âmbito da realidade (frente ao qual as proposições são verificadas ou falseadas) e o que se passa no âmbito da linguagem (que exprime o primeiro), que resultaria comprometida a própria competência desta em exprimir aquele.⁴⁵ Isso sendo assim, Leibniz pode ter avaliado necessário admitir que “a natureza da possibilidade ou da essência seria de exigir a existência”.

43 “Compossível: aquilo que não implica contradição com outro” (Grua: 325).

44 Pode-se mesmo afirmar que o caráter assertórico de uma proposição consiste precisamente nisto: em erguer uma pretensão à verdade.

45 A se supor uma pretensão assertórica da proposição, a qual se satisfaz pela mera consistência desta última, e recusar que o que constitui suas condições de verdade não se comporta homogeneamente, isto é, não tende à atualidade, seria preciso admitir a possibilidade de uma proposição ser verdadeira – por ser consistente – sem que o que constitui suas condições de verdade seja o caso – por não tender à atualidade. Definitivamente, este seria um preço excessivamente alto para que Leibniz se disponha pagá-lo, salvo se angariar benefício à altura. Que dividendos, no entanto, lhe adviriam dessa assunção é algo que não me parece aqui sequer imaginável.

Ocorre que, como já assinalado anteriormente, os possíveis, meramente considerados enquanto tais, são indistintos uns dos outros, isto é, eles são todos igualmente possíveis. Deste ponto de vista, todos tendem, enquanto tais, na mesma medida, à atualidade; de tal sorte que, caso fossem todos compostíveis entre si, todos existiriam. Isso sendo inadmissível,⁴⁶ Leibniz considerou que se segue da sua natureza enquanto tais – isto é, enquanto possíveis – que se atualizará o maior número deles. De modo que virá à existência, dentre todas as combinações qualitativamente maximais de possíveis,⁴⁷ aquela que quantitativamente ultrapassar as restantes. A caracterização que Leibniz elegeu a definição real da existência, por conseguinte, não é senão a contraparte do que ele estimou exprimir a natureza da essência: se a natureza da essência é tal que exige a existência, segue-se que, não podendo existir todos os possíveis, existirá o que corresponder ao máximo grau atualizável de essências. E afirma:

Meu princípio é que tudo o que pode existir, e que é compatível com os outros, existe. Porque a razão pela qual existem todos os possíveis não deve estar limitada por nenhuma outra razão, a não ser que nem todos sejam compatíveis. Por conseguinte, não há nenhuma outra razão determinante senão aquela segundo a qual existem antes aqueles que envolvem mais realidade.⁴⁸

A esta altura, cumpre abordar um detalhe que pode alimentar a suspeita de uma falha na interpretação aqui proposta. O que serviu de ponto de partida da argumentação que conduziu à conclusão anterior, de que a existência se determina como o grau máximo de possíveis compatível com a atualidade, foi uma tese relativa à verdade das proposições existenciais em geral. Refiro-me à tese de que toda proposição existencial deveria ser verdadeira, salvo se inconsistente com uma outra proposição existencial já admitida verdadeira. Ora, não parece claro, à primeira vista, que desta afirmação geral, a qual já pressupõe dada alguma proposição existencial verdadeira, seja legítimo inferir uma outra, sobre a natureza da existência em geral, na qual não é levado em conta qualquer existente já dado.

É preciso ponderar, contudo, que uma explicação satisfatória da existência não pode pressupor uma existência anterior, já que isso envolveria uma petição

46 Se assim fosse, essência e existência seriam coextensivas – o que já foi recusado.

47 Isto é, todas as combinações que, encerrando o máximo de possíveis compostíveis entre si, podem ser distinguidas umas das outras pelos conteúdos das proposições que descrevem as essências que as integram.

48 A VI.III: 582.

de princípio. Como candidata a definição, ela deveria ser recusada, visto nela o *definiendum* ocorrer no *definiens*. Assim, conquanto a suposição de alguma verdade existencial anterior frente à qual se confronta outra para determinar sua consistência ou não com aquela possa ser admitida como o ponto de partida da reflexão,⁴⁹ as deficiências deste ponto de partida devem ser eliminadas ao longo daquela reflexão. Ou seja, é preciso que a consideração da existência como tal, para a qual ele constituiu o ponto de partida, possa ulteriormente ser feita com independência de qualquer pressuposição que comprometa a legitimidade de seus resultados. Portanto, se a pretensão leibniziana é oferecer uma explicação capaz de tornar a existência inteligível, tal pretensão unicamente terá sucesso se resultar em uma explicação em que a própria noção de existência não compareça.

Isso sendo assim, resta apenas examinar se a maneira como aquela eliminação foi efetuada é logicamente aceitável, ou se é aceitável ao menos como uma interpretação plausível das convicções de Leibniz. Ora, desnecessário retomar aqui o já dito: que, uma vez admitido que a mera consistência da proposição (seja interna, seja externa, conforme o caso) basta para atestar sua verdade, é mister admitir que a mera possibilidade ou compossibilidade (conforme o caso) de um possível deve bastar para que a proposição que afirma que ele é ou existe (conforme seja ela essencial ou existencial) seja verdadeira. Pois o contrário, como salientado, imporá um tal desequilíbrio entre o que se passa na esfera do discurso e o que se passa naquela do que o verifica ou falseia que culminaria por comprometer a própria significatividade da linguagem.

Essa conclusão, se legítima (isto é, se as premissas nas quais se ampara efetivamente estão habilitadas a sustentá-la), proporciona-nos um expediente igualmente legítimo para que prescindamos daquele ponto de partida, e possamos alcançar uma explicação da existência isenta de vícios formais. Com efeito, entendendo a essência, e, na esteira dela, os possíveis, como encerrando intrinsecamente uma tendência à atualidade, podemos dar prosseguimento ao exame da natureza da existência tomando por base então esta conclusão a respeito da mera natureza da essência enquanto tal. E aí, parece inevitável, dadas as pressuposições já feitas, assumir a existência nos termos acima postos. Eis o que parece razão bastante também para suspeitar que, ainda que não coincidam exatamente com o percurso que conduziu o próprio Leibniz à mesma conclusão, os passos efetuados aqui não seriam totalmente desaprovados por ele.

49 Para Leibniz essa suposição assegura meramente uma prova *a posteriori* de que todo possível exige existir (GP 7: 194). Ora, uma prova desta natureza pode ser aceita como um fio condutor da investigação, mas não é satisfatória como explicação acabada, já que desta se exige que forneça condições de inteligibilidade *a priori* daquilo de que é explicação.

Se essas considerações são pertinentes, elas bastam para dirimir quaisquer dúvidas quanto à correção do raciocínio pelo qual se eliminou aquela pressuposição inicial de uma existência anterior. Com elas, fica dirimida também qualquer eventual suspeita de alguma petição de princípio na argumentação. E uma vez recusada a consideração da existência mediante a pressuposição de alguma existência prévia, fica também garantido que a determinação da existência como máximo de possibilidade unicamente pode ser efetuada a partir da consideração dos possíveis enquanto tais. Deste ponto de vista, a apreciação dos possíveis só se torna factível a partir de um expediente meramente quantitativo, já que, conforme já discutido, enquanto possíveis, todos são indistintos entre si. Eis aí a chave para compreender a identificação do que existe enquanto tal com o que corresponderia ao objeto eleito por uma vontade qualquer.

Para detalhar melhor como uma tal identificação é factível, examinemos, ainda que sem aprofundar muito, o que Leibniz entende por vontade. De acordo com ele, sabemos, a vontade consiste em uma faculdade de conferir atualidade a algo consoante uma escolha que tem por critério o bem e o mal.⁵⁰ Para ele, portanto, o âmbito em que uma vontade pode se exercer circunscreve-se àquilo com respeito a que uma escolha é possível: àquilo em que, dada a viabilidade de que algo venha a existir, o que determinará sua existência será a avaliação de que é a melhor⁵¹ dentre uma gama de alternativas igualmente possíveis, mas excludentes entre si. É claro que a eleição requer também que a vontade seja acompanhada do poder de conferir existência ao eleito, já que, caso contrário, a própria eleição resultaria inócua.⁵² Assim, uma vontade somente confere existência a algo uma vez tendo previamente avaliado, dentre um rol de alternativas excludentes, uma certa dessas alternativas como aquela que encerra em si a maior bondade, ou seja, é a melhor. Quanto à bondade ou maldade de algo, sabemos que, para Leibniz, elas correspondem a critérios quantitativos aplicados a razões: é bom o que exhibe alguma razão para ser eleito; e quanto mais razões exhibir, tanto maior

50 “Todavia, para falar mais amplamente e para ir talvez um pouco mais fundo, eu diria que a *vontade* é o esforço ou a tendência (*conatus*) de ir em direção àquilo que se acha bom e longe do que se acha ruim [...]. Há ainda esforços que prefiro chamar *apetições* a volições [...], pois não chamamos ações voluntárias senão aquelas das quais se apercebe e sobre as quais nossa reflexão pode cair quando se segue da consideração do bem e do mal” (NE, 2.21.5. In Leibniz 1990: 135-36).

51 “Melhor” designa o comparativo de superioridade de “bom”; isso significa que, em uma relação de comparação consoante os critérios de bem e mal, “melhor” se atribuirá ao que é avaliado encerrar mais bondade.

52 “*Vontade* é a tendência da coisa pensante” (A VI.I: 457). “*Vontade* é a tendência para fazer aquilo de que somos conscientes. Da vontade e da faculdade necessariamente se segue o fato” (Grua: 287).

será sua bondade – o inverso valendo para o que é estimado mau.⁵³ O que uma vontade elege, portanto, é aquele, dentre o rol de candidatos possíveis, que é por ela avaliado como encerrando mais razões para ser escolhido, isto é, dentre todos aqueles candidatos, o que ela avalia ser o melhor.

Isso dito, retomemos a abordagem dos possíveis enquanto tais. Pode-se afirmar que sua mera possibilidade constitui, por si mesma, uma razão para esta atualidade. Aliás, pode-se mesmo afirmar que tal possibilidade equivale àquela razão para a atualidade. Isso fica manifesto se considerarmos que a este possível enquanto tal deve corresponder sempre uma proposição que veicula que ele é o caso. Ou seja, na medida em que tal possível corresponde a uma essência, e que é intrínseco à essência enquanto tal tender à atualidade, o correlato disso no plano proposicional é que a proposição que assere aquele possível tende intrinsecamente à verdade, como já suficientemente discutido. A seu turno, provar a verdade de uma proposição é explicitar as razões suficientes para sua verdade; é dar as razões pelas quais ela deve ser admitida verdadeira antes que o contrário.⁵⁴ Ora, essas razões, como vimos, reduzem-se, para Leibniz, à consistência da proposição – seja meramente interna, no caso das proposições necessárias, seja externa, no caso das contingentes. E visto que ser consistente é ser uma essência, e, inversamente, ser uma essência é ser consistente,⁵⁵ segue-se que ser uma razão para existir e ser uma essência resultam equivalentes.

É forçoso concluir daí que uma pretensa gradação de essências seria igualmente uma gradação de razões para existir. Quer dizer, não se trataria meramente de uma correlação entre dois tipos distintos de gradação diretamente proporcionais, mas de uma única gradação, a qual se deixa designar por duas denominações diferentes. A seu turno, visto que a gradação das razões se exprime, como já dito, a partir dos critérios de bem e de mal, somos forçados a uma terceira conclusão: é por remissão a esses critérios de bem e mal que os distintos graus de essência são mensuráveis. De sorte que tanto melhor será um conjunto maximal consistente

53 NE, 2.21.5. *Op. cit.*: 135-36. “Vontade é a tendência para agir com respeito ao que é externo a qual é originada de um pensamento [...] Vontade é a tendência que segue a opinião sobre o bom ou o mau presente no que tende” (Grua: 512-13).

54 Com efeito, diante de uma proposição verdadeira, perguntar por que ela é verdadeira é o mesmo que perguntar pelas razões de sua verdade.

55 Desnecessário assinalar que ser possível e ser consistente são equivalentes. Tendo em vista a discussão anteriormente feita na qual se correlacionou a noção de essência à modalidade do possível, parece igualmente desnecessário lembrar que, para Leibniz, ser possível é o mesmo que ser uma essência: “A essência, no fundo, outra coisa não é que a possibilidade do que se propõe” (NE, 3.3.15. *Op. cit.*: 228).

de possíveis⁵⁶ quanto mais graus de essência encerrar. E de todos será o melhor aquele que encerrar o máximo grau. Ora, sabemos, este corresponde à existência. Donde mais uma conclusão se impõe: que existirá, dentre os distintos candidatos à atualidade, aquele que corresponder ao melhor.

Temos diante de nós finalmente o que autoriza Leibniz a passar da descrição da existência como o grau máximo de essência àquela da existência como correlativa ao que seria o objeto de uma certa vontade⁵⁷ (em se supondo que esta exista); e a passar de uma à outra dessas descrições de tal sorte a considerar que ambas “resultam no mesmo” <*eodem redit*>, isto é, constituem descrições diferentes de algo único. De fato, a definição de existente a partir do máximo de essência coincide com a descrição de algo na medida em que é escolhido por uma vontade: aquilo que se afigura a melhor dentre as alternativas disponíveis. Se, portanto, há uma vontade suficientemente poderosa para conferir existência ao melhor dentre todos os possíveis, e se tal vontade calcula corretamente,⁵⁸ segue-se que o que se lhe afigura o melhor candidato coincide com o que existe.

56 Para oferecer-se como constituindo uma determinada alternativa para a atualidade, um conjunto de possíveis deve ser maximal consistente, isto é, deve ser tal que cada qual excluirá apenas aqueles possíveis que encerram alguma impossibilidade com ele. Com efeito, vimos, dada a regra geral de que, para a atualidade, exige-se a máxima compossibilidade, segue-se que, para algo habilitar-se a ser um candidato pleno à existência, deve satisfazer às exigências requeridas para tanto. Ora, a suposição de que exista um conjunto não maximal é inconsistente com a natureza da própria possibilidade, que é a tendência à atualidade. Tal suposição é, nesta medida, portanto, ela própria inconsistente. Visto que algo inconsistente é impossível, não pertence à esfera dos possíveis, não sendo, pois, uma candidato à atualidade. Deste ponto de vista, conjuntos não maximais de possíveis devem ser considerados meramente como partes de candidatos à atualidade; e o devem necessariamente, na medida em que, sendo consistentes, encerram em si algum grau de essência. Mas não podem ser admitidos como sendo por si candidatos plenos, já que isso é contraditório com a noção de essência, e, por via de consequência, também com a noção de existência.

É preciso frisar a esse respeito que, para assegurar a contingência dos existentes, é forçoso admitir a possibilidade de outros conjuntos maximais alternativos ao que de fato se fez atual. Com efeito, se o conjunto existente fosse o único maximal consistente, ele seria o único candidato à atualidade. Sendo o único, sua existência não seria contingente, e os possíveis impossíveis com ele resultariam, assim, impossíveis. Visto que isso acarretaria a já recusada coextensão entre possível e existente, deve ser *eo ipso* rejeitado. Assim, os candidatos à existência, conquanto se distingam quanto à maior ou menor bondade uns em relação aos outros, devem todos compartilhar a característica da compossibilidade maximal.

57 Qual seja, uma vontade para a qual aquele possível se faz uma alternativa, isto é, a qual tem a potência para conferir-lhe atualidade.

58 É preciso supor que a escolha do melhor dentre os candidatos possíveis efetuada pela suposta vontade em pauta coincida com aquela alternativa que de fato encerra o máximo grau de essência. Eis por que Leibniz também faz menção à inteligência que se deve presumir inerente a essa vontade.

Podemos enfim compreender o exemplo, à primeira vista obscuro, com que Leibniz conclui o §73 das *GI*. No exemplo, dentre as alternativas A, B, C e D, sendo as três últimas admitidas indistintas entre si, A seria a escolhida por diferenciar-se, na avaliação daquela vontade, das demais; isto é, A seria eleita meramente por ser julgada, por esta vontade, diferente das restantes alternativas. Ora, conquanto a absoluta indiferença entre as alternativas B, C e D impeça qualquer escolha dentre uma delas (pois, para Leibniz, não pode haver escolha entre indiferentes⁵⁹), não obstante, a mera diferença que A é estimada guardar em relação a elas não parece bastar para que seja a eleita. Afinal, se A não for julgada melhor do que cada uma delas, não haverá razão para escolhê-la.

A dificuldade se resolve se a diferença que aqui está em questão for compreendida à luz da escala de gradações anteriormente mencionada. Face a uma avaliação em que unicamente o critério quantitativo é considerado, itens resultarão idênticos se forem quantitativamente equivalentes entre si, ainda que, como parece sugerir o exemplo, se possa cogitar a possibilidade de guardarem alguma diferença de outra ordem. E, não sendo quantitativamente idênticos, é claro que, à luz de um critério meramente quantitativo, o menor será assimilado ao maior, visto que, mediante tal critério, ele resulta equivalente a uma parcela do maior. Do ponto de vista meramente quantitativo, portanto, uma grandeza unicamente se destaca ou distingue de uma outra se for superior a ela: se a recobrir completamente, e, além disso, ultrapassá-la. E é claro que, nessa medida, ela será *eo ipso* superior à outra. Eis o que pode explicar o exemplo. As alternativas B, C e D, conquanto possam ser presumidas encerrar alguma diferença de outra ordem,⁶⁰ seriam indistinguíveis entre si quando avaliadas por um critério meramente quantitativo. A, a seu turno, se destacaria delas porque abarcaria e ultrapassaria cada uma em grandeza.

59 “É preciso contudo não imaginar que nossa liberdade consista em uma indeterminação ou em uma *indiferença de equilíbrio*; como se fosse preciso ser inclinado igualmente do lado do sim e do não, e do lado dos diferentes partidos, quando há vários a tomar. Esse equilíbrio é em todo sentido impossível” (*Essais de Théodicée*, I, §35. In GP 6: 122-23). “Há portanto uma liberdade de contingência, ou de alguma maneira, de indiferença, desde que se entenda por *indiferença* que nada nos necessita para um e para outro partido; mas não há jamais *indiferença de equilíbrio*, quer dizer, em que tudo seja perfeitamente igual de parte e de outra, sem que haja mais inclinação em direção a um lado” (*Théo*, I, §46. Ver também *NE*, 2.21.14).

60 Caso contrário não seriam várias, mas uma só.

IV.

Podemos finalmente retomar uma dificuldade já mencionada anteriormente, mas ainda não completamente eliminada. Refiro-me ao modo como uma diferença meramente quantitativa, que é aquela que separa essência e existência, poderia assegurar uma diferença qualitativa, a qual Leibniz estima vigente entre contingência e necessidade.

Poderia ser sugerido que a viabilidade de se caracterizar a existência a partir da noção de vontade se afiguraria uma solução para isso. Se à vontade se deve conceder a aptidão para escolher dentre diversas alternativas possíveis, então o que é por ela escolhido é intrinsecamente contingente. Isso porque ela pressupõe, como condição de que haja efetivamente alternativas, a contingência da escolha. Dito de outro modo, pressupõe ser intrínseco a cada alternativa enquanto tal a possibilidade de ser escolhida, isto é, de tornar-se atual. Donde, se há escolha, é necessário haver contingência no ato de escolher.

Essa saída, no entanto, mostra-se insatisfatória, ao menos por duas razões. Em primeiro lugar, no parágrafo em discussão, em nenhum momento Leibniz afirma ou postula a realidade de uma vontade tal como deve ser aquela que tem por objeto o grau máximo de essências.⁶¹ Ele limita-se a assinalar que a existência se deixaria descrever pela mesma descrição que especificaria o objeto a ser julgado preferido por ela. De maneira que, *em se supondo* a realidade de uma vontade nesses moldes, seria lícito admitir serem os existentes o resultado da sua deliberação. Mas nem no referido parágrafo, nem em qualquer outro trecho das *GI*, o autor se dá ao trabalho de oferecer qualquer motivo para pleitear àquela suposição um estatuto mais robusto que o da mera suposição. Ora, é dispensável lembrar que a mera suposição de uma vontade é insuficiente para atestar a atualidade da existência que se presume ser dela um efeito.

Esta não é a única dificuldade. Uma outra há, que Leibniz não deixa de assinalar: a caracterização de existência a partir da noção de vontade dificilmente escapa da circularidade. Com efeito, para que uma explicação nesses moldes resulte completa, é preciso assumir que a vontade que causa os existentes ela própria exista, como já dito antes; algo meramente possível não pode explicar a atualidade de algo atual. Isso sendo assim, se definida a existência como o resultado da determinação daquela vontade, resulta inevitável que o *definiendum*

61 Uma vontade absolutamente poderosa – visto que se trata de tornar atual o máximo de essência possível – e que avalia acertadamente, ou seja, escolhe aquilo que verdadeiramente corresponde ao máximo de essência possível.

ocorra no *definiens* – o que Leibniz se recusa expressamente, na afirmação entre parênteses, a conceder.

Há razões, portanto, para presumir que, de acordo com ele, tal como abordada no §73 das *GI*, a noção de vontade revela-se inapta a tornar inteligível a contingência inerente à existência. Eis talvez o que explica por que ele abandona, na seqüência do texto, a consideração da existência com base nas conclusões que haure, no parágrafo referido, a respeito da relação daquela com a vontade. Isso nos coloca novamente às voltas com a dificuldade inicial, a saber, em que medida a consideração de que a existência corresponde a um máximo de essência basta para assegurar sua irreducibilidade a esta.

Antes, porém, de passar à sua solução, examinemos com mais vagar em que exatamente ela consiste. Foi concluído que uma proposição será verdadeira se e somente se satisfizer duas condições. A primeira é sua coerência interna, sem a qual ela sequer exprimiria uma possibilidade; e a satisfação desta basta no caso das verdades essenciais. A segunda é sua compossibilidade com a totalidade das demais proposições verdadeiras que, juntas, descrevem o conjunto maximal possível que corresponde ao que existe – o mundo.⁶² Observemos que de modo algum se trata de demonstrar algo como uma existência, ou que o predicado “existe” pertence ao sujeito de que se predica verdadeiramente em uma proposição existencial de segundo adjacente. Trata-se tão somente de demonstrar a consistência, seja meramente interna, seja com outras proposições.

Isso vale para toda e cada uma das proposições que integram a descrição exaustiva do que existe. Esta, a seu turno, esgota-se no elenco daquelas. Isso sendo assim, é forçoso admitir que, como no caso das verdades essenciais, também no caso daquela descrição trata-se de demonstrar uma consistência interna. Pois demonstrar a consistência de cada uma das proposições que integram o conjunto com as demais redundante no mesmo que demonstrar a consistência interna da proposição única que resulta da articulação de todas elas por conjunção⁶³ –

62 Desnecessário assinalar que, conquanto não seja requerido esse teste no caso das proposições essenciais, elas evidentemente também satisfazem à segunda condição, já que, sendo necessárias, necessariamente são compossíveis com a referida totalidade. Melhor dizendo, e para resumir, se algo é possível, deve ser compossível com quaisquer que sejam as verdades admitidas necessárias. Eis por que Leibniz pode afirmar destas que se preservam verdadeiras independentemente da ordem com que Deus resolve criar o mundo (C: 18). Entendamos, com Leibniz, por “mundo” o conjunto de todos os existentes, tanto passados quanto presentes e futuros: “Eu chamo *mundo* toda a seqüência e toda a coleção de todas as coisas existentes, a fim de que não se diga que vários mundos poderiam existir em diferentes tempos e em diferentes lugares” (*Théo*, I.8. In GP 6: 107).

63 Isso significa que o tal elenco unicamente resultará verdadeiro se cada uma das proposições que o constituem for verdadeira, e, vice-versa, para sua falsidade basta que uma delas se torne falsa.

a qual seria, então, a proposição que descreve exaustivamente o mundo. Assim sendo, é forçoso concluir que, como no caso anterior, não se trata de algo como demonstrar uma existência, nem, tampouco, de demonstrar uma consistência externa, mas apenas de demonstrar uma mera possibilidade.

Não é difícil concluir daí que uma demonstração desse conjunto, se factível, ainda que jamais seja efetivamente realizada por nenhum ser, teria conseqüências desastrosas para a distinção entre contingência e necessidade. Com efeito, aceitemos, por hipótese, que uma demonstração nesses moldes se consume. A proposição que descreve exaustivamente o mundo é, então, demonstrada. Ora, tudo o que se demonstra é verdadeiro, visto que demonstrar é reduzir a uma identidade. Mas, se se reduz aquele conjunto de proposições por análise a uma identidade, então a negação de qualquer uma delas – a qual acarretaria a negação do conjunto como um todo – envolveria uma contradição. Donde os integrantes do conjunto devem ser constituídos por proposições necessárias. Mas, se assim é, evidentemente resulta que unicamente os possíveis que existem serão efetivamente possíveis. Afinal, os demais pretensos possíveis não vêm à existência porque as proposições que os descrevem envolvem a negação de ao menos uma das proposições que integram o conjunto demonstrado. Sendo a negação de uma proposição demonstrada uma contradição expressa, todas as proposições descrevendo possíveis que não se realizam resultam, no rigor, inconsistentes.

Leibniz não parece, face a essa dificuldade, disposto a reavaliar o que já assumiu previamente, a saber, sua concepção de verdade como inerência, por um lado, e, por outro, o que ele afirma dela se seguir, a saber, o que ele estima ser a definição real de existência. Parece, então, não lhe restar outra alternativa que pretender a inexequibilidade de se consumir na íntegra a análise da proposição que descreve exaustivamente o mundo. Tal inexequibilidade, evidentemente, para satisfazer a tarefa que se lhe impõe, não pode ser algo meramente relativo àquele que se propõe a efetuar a análise, mas deve ser uma característica a esta intrínseca. De modo que, independentemente de qual seja a natureza daquele que se propõe à tarefa de analisar aquela proposição, deve permanecer impossível, mesmo assim, que ele a consume.

Foi concluído no item II do presente artigo que cada uma das proposições que compõem a proposição de que se trata é em si analisável. E visto que esta última não envolve mais que a conjunção das primeiras, ela tampouco pode encerrar o que quer que seja que a torne refratária ao procedimento de análise.⁶⁴ Como tal,

64 Até porque se, por absurdo, admitíssemos uma tal hipótese, bastaria, para assegurar a sua demonstração, se factível, desmembrá-la em seus conjuntos, e analisar cada qual isoladamente.

portanto, ela, se dada ou dável, será apta a submeter-se a esse procedimento. Isso sendo assim, o desafio que se impõe é compreender como, mesmo prestando-se à análise, e a despeito de ser verdadeira, ela compartilha com as proposições falsas a mesma característica, a saber, ser intrinsecamente indemonstrável.⁶⁵

É difícil conceber uma outra saída para o impasse que não seja mediante a suposição de que o procedimento de análise de uma tal proposição não possa ter fim. Isto é, que por mais que se prossiga na substituição das noções, as quais vão surgindo à medida que a análise avança, por suas respectivas definições, ainda assim tais noções permanecem definíveis e, portanto, passíveis de análise.⁶⁶ Isto exige que a multiplicidade de passos a serem efetuados antes que se chegue à sua consumação seja superior a qualquer quantidade passível de ser expressa numericamente.

O mesmo deve valer, evidentemente, para cada uma das proposições existenciais verdadeiras, já que a demonstração de uma verdade contingente resulta equivalente à demonstração daquela primeira proposição. Com efeito, como já assinalado, a demonstração de uma verdade contingente consiste na demonstração da compossibilidade dos termos a que nela é agregado o predicado “existe” com os restantes termos que constituem o conteúdo da proposição que descreve exhaustivamente o mundo. Ora, uma tal conjunção corresponde à integralidade do conteúdo da proposição que descreve exhaustivamente o mundo. Donde resulta equivalente demonstrar uma verdade contingente qualquer e demonstrar a proposição que descreve exhaustivamente o mundo. E isso significa que também os passos necessários à demonstração de uma verdade contingente qualquer devem ser superiores em número a qualquer quantidade exprimível numericamente.

Se Leibniz, em suas reflexões sobre a *característica* formal, vislumbrou outra solução plausível, ele seguramente não a avaliou preferível a esta, já que é ela a que efetivamente adota aí. Isso se confirma logo na sequência do trecho que examinamos anteriormente, a saber, o início do parágrafo subsequente. Ele então declara: “Todas as proposições existenciais são certamente verdadeiras, mas não

65 “Portanto, visto que falsa é uma proposição que não é verdadeira (pelo §3), segue-se (de §40) que ‘proposição falsa’ é idêntico a ‘proposição que não coincide com ‘ $AB \text{ é } B$ ’, ou seja, ‘proposição falsa’ é idêntico a ‘proposição que não pode ser provada’” (GI, §41. In C: 368).

66 Se essas considerações são corretas, podemos afirmar que, contrariamente ao que sugere Ishiguro (1990: 194), Leibniz não pretendeu oferecer um contra-exemplo à tese aristotélica (ver a respeito *Analíticos posteriores* I, iii) de que uma demonstração não pode envolver o infinito. Ao contrário, seria justamente por anuir àquela tese que ele pôde ver na analisabilidade ao infinito uma saída para o problema da contingência.

necessárias, pois não podem ser demonstradas a não ser que infinitas [proposições] sejam empregadas, ou seja, que se faça a resolução ao infinito”.⁶⁷

Que tal solução, a seu turno, se lhe tenha afigurado suficientemente satisfatória se confirma pela convicção, que ele expressamente declara, de que ela encerra os fundamentos do que se pode corretamente afirmar sobre as distinções modais. Refazendo sumariamente os passos que nos conduziram até aqui, ele resume:

Portanto, verdadeiro é o que pode ser provado, ou cuja razão pode ser dada por resolução. Falso, o contrário. Necessário é o que é reduzido a uma identidade por resolução. Impossível é o que, por resolução, é reduzido a uma contradição. Falso é um termo ou proposição que contém opostos, como quer que se prove isso. Impossível, o que contém opostos, isto sendo provado por uma redução em finitos [passos]. Assim, é preciso que $A = AB$, se sua prova é feita por uma resolução finita, deva ser distinguida de $A = AB$, se sua prova é feita por uma resolução ao infinito. Daí se origina o que concerne ao necessário, ao possível, ao impossível, e ao contingente.⁶⁸

V.

Para finalizar, talvez convenha retomar um ponto aludido no início deste trabalho, relativo ao que Leibniz declara ter sido a chave para a solução do problema sobre o qual nos debruçamos aqui.

Já deve estar suficientemente claro a esta altura que a infinitude que envolve a demonstração de uma verdade contingente tem um caráter essencialmente quantitativo. Como vimos, o que ela visa garantir é que, por mais que se avance na análise de uma proposição existencial, isto é, por mais que se proceda, por passos sucessivos, à substituição dos termos que aí vão surgindo pelas respectivas definições, haverá sempre mais um passo a ser executado antes que a análise se consuma. De sorte que a quantidade de passos a serem efetuados em um tal procedimento é maior que qualquer quantidade numericamente exprimível.⁶⁹

67 *GI*, §74 (C: 376). Na seqüência, Leibniz associa isso à análise da noção individual completa, e à remissão ao tempo – o que deixaremos de lado pelas dificuldades que envolve, as quais não nos interessam diretamente. Refiro-me ao fato de que, aparentemente ao menos, ele associa a resolução das proposições existenciais em geral àquela das proposições existenciais singulares. Em que termos uma tal associação pode ser feita, eis o que não nos cumpre abordar aqui.

68 *GI*, §130 (bis). In C: 387-88.

69 Podemos afirmar com base nessas conclusões que a tese relativamente à infinitude do mundo não constitui uma postulação infundada da qual Leibniz teria lançado mão para respaldar a tese da analisabilidade infinita das proposições contingentes, como parece sugerir Hidé Ishiguro (*op. cit.*:

Por outro lado, como o filósofo faz questão de lembrar na passagem citada logo acima, essa infinitude quantitativa não é incompatível com a tese da verdade como continência. Ao contrário, como já deve estar manifesto a esta altura, ela é dela um desdobramento; e, ao que tudo indica, a única solução por Leibniz estimada apta a compatibilizar aquela tese com a diferença entre essência e existência. Ele daí então conclui que, se é preciso recusar um fim para a análise das verdades contingentes, é não obstante necessário supor para ela um limite, que não poderia ser senão uma proposição idêntica. Afinal, sendo uma verdade, deve satisfazer a natureza da verdade em geral, que é a demonstrabilidade. Ora, visto que, como já discutido, a pretensa demonstração de uma verdade contingente coincide com a demonstração de uma certa proposição essencial – a saber, a proposição essencial que descreve exaustivamente o mundo –, segue-se que a série de passos na qual se desmembra a análise daquela verdade contingente, conquanto se estenda ao infinito, deve necessariamente culminar em uma identidade como limite.

Leibniz conclui que o comportamento das proposições contingentes é análogo àquele das assíntotas em geometria ou dos números incomensuráveis na matemática. Isso porque a relação que encontramos entre o infinito que surge no âmbito lógico das modalidades e aquele que se engendra nas séries contínuas matemáticas repousaria em uma identidade estrita. Sendo tal infinito o que está na raiz do referido comportamento, seria uma e a mesma a natureza da diferença entre proposições necessárias e contingentes, por um lado, e aquela vigente entre as linhas que se interceptam e as assíntotas, por outro. Diz ele: “Donde a diferença entre verdades necessárias e contingentes é idêntica àquela entre as linhas que se cruzam e as assíntotas, ou entre os números comensuráveis e incomensuráveis”.⁷⁰

Evidentemente, entender claramente a natureza da analogia que Leibniz tem em vista aqui nos exigiria alguma “tintura de matemática”. Mesmo assim podemos pretender que, se o percurso argumentativo seguido aqui reflete ou exprime, em alguma medida, aquele trilhado pelo próprio Leibniz, o apelo à matemática

193 –ss.). Ao contrário, aquela está fundada nesta última, sendo dela uma conseqüência, se se admite que os existentes devem ser tão complexos quanto é preciso para assegurar a verificabilidade de cada uma das verdades contingentes. Afinal, caso contrário, aquela homogeneidade estrutural entre linguagem e mundo já tantas vezes frisada aqui resultaria comprometida.

Pelas mesmas razões o mesmo se pode afirmar a respeito da infinitude de atributos que Leibniz pretende aos indivíduos efetivamente existentes no mundo. As conclusões aqui extraídas permitem sustentar que, contrariamente ao que sugere Ulysses Pinheiro (2001: 77), ela não constitui a base para a explicação da contingência do vínculo entre aqueles atributos e o sujeito a que são atribuídos; antes que isso, ela é desta contingência um desdobramento necessário.

70 *GI*, §135.

que freqüentemente encontramos em seus escritos a fim de ilustrar a natureza da diferença entre necessidade e contingência tem uma motivação maior do que o mero apreço do filósofo por aquela disciplina. Ao menos se pode dizer que as conclusões a respeito da infinitude da análise das proposições contingentes, bem como da natureza quantitativa dessa infinitude, deixam-se extrair com absoluta independência de quaisquer que sejam as convicções leibnizianas a respeito dos contínuos e do infinito a eles inerente. De modo que, se ele divisou uma analogia entre essas duas esferas tão distantes, ele o fez amparado pelas conclusões a que chegou de maneira independente em cada caso. E não embalado por uma inspiração vaga, fruto de um entusiasmo filosoficamente leviano, que, não se habilitando a servir de fio condutor em uma investigação rigorosa, seria incapaz de tornar cogentes os resultados a que conduz, por corretos que eles sejam.

Referências bibliográficas

Aristóteles. *The complete work of Aristotle* (2 vols). Ed. Jonathan Barnes. Oxford: Princeton University Press, 1991.

Ishiguro, H. *Leibniz's philosophy of logic and language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

Landim, R. "Predicação e juízo em Tomás de Aquino". *Kriterion*, 113: 27-49, 2006.

Leibniz, G.W. [A] *Sämtliche Schriften und Briefe*. Ed. Deutsche Akademie der Wissenschaften (diversos volumes em 7 séries). Darmstadt/Leipzig/Berlin: Akademie Verlag, 1923–.

———. [GP] *Die philosophische Schriften von Gottfried Wilhelm Leibniz*. Ed. C.I. Gerhardt (7 vols.). Hildesheim: Georg Olms, 1960–61.

———. [C] *Opuscules et fragments inédits (extraits des manuscrits de la Bibliothèque Royale de Hanovre)*. Ed. L. Couturat. Hildesheim: Georg Olms, 1988.

———. [NE] *Nouveaux essais sur l'entendement humain*. Ed. J. Brunschwig. Paris: Flammarion, 1990.

———. [Grua] *Textes inédits (d'après les manuscrits de la bibliothèque provinciale de Hanovre)*. 2 vols. Ed. G. Grua. Paris: PUF, 1998.

Moreira, V. “Continuidade na lógica de Leibniz”, no prelo.

Pinheiro, U. “Contingência e análise infinita em Leibniz”. *Kriterion*, 104: 97-112, 2001.